

O que é Filosofia, professor? E para que serve?

Delamar José Volpato Dutra, UFSC

1. Da definição de Filosofia

A Filosofia é um ramo do conhecimento que pode ser caracterizado de três modos: seja pelos conteúdos ou temas tratados, seja pela função que exerce na cultura, seja pela forma como trata tais temas. Com relação aos conteúdos, contemporaneamente, a Filosofia trata de conceitos tais como bem, beleza, justiça, verdade. Mas, nem sempre a Filosofia tratou de temas selecionados, como os indicados acima. No começo, na Grécia, a Filosofia tratava de todos os temas, já que até o séc. XIX não havia uma separação entre ciência e filosofia. Assim, na Grécia, a Filosofia incorporava todo o saber. No entanto, a Filosofia inaugurou um modo novo de tratamento dos temas a que passa a se dedicar, determinando uma mudança na forma de conhecimento do mundo até então vigente. Isto pode ser verificado a partir de uma análise da assim considerada primeira proposição filosófica.

Se dermos crédito a Nietzsche, a primeira proposição filosófica foi aquela enunciada por Tales, a saber, que a água é o princípio de todas as coisas [Aristóteles. *Metafísica*, I, 3].

Cabe perguntar o que haveria de filosófico na proposição de Tales. Muitos ensaiaram uma resposta a esta questão. Hegel, por exemplo, afirma: "com ela a Filosofia começa, porque através dela chega à consciência de que o um é a essência, o verdadeiro, o único que é em si e para si. Começa aqui um distanciar-se daquilo que é a nossa percepção sensível". Segundo Hegel, o filosófico aqui é o encontro do universal, a água, ou seja, um único como verdadeiro. Nietzsche, por sua vez, afirma:

"a filosofia grega parece começar com uma idéia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matiz de *todas* as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e, enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisália [sic], está contido o pensamento: 'Tudo é um'. A razão citada em primeiro lugar deixa Tales ainda em comunidade com os religiosos e supersticiosos, a segunda o tira dessa sociedade e no-lo mostra como investigador da natureza, mas, em virtude da terceira, Tales se torna o primeiro filósofo grego".

O importante é a estrutura racional de tratamento das questões. Nietzsche analisa esse texto, não sem crítica, e remarca a violência tirânica como essa frase trata toda a empiria, mostrando que com essa frase se pode aprender como procedeu toda a filosofia, indo, sempre, para além da experiência.

A Filosofia representa, nessa perspectiva, a passagem do mito para o logos. No pensamento mítico, a natureza é possuída por forças anímicas. O homem, para dominar a natureza, apela a rituais apaziguadores. O homem, portanto, é uma vítima do processo, buscando dominar a natureza por um modo que não depende dele, já que esta é concebida como portadora de vontade. Por isso, essa passagem do mito à razão representa um passo emancipador, na medida em que libera o homem desse mundo mágico.

"De um sistema de explicações de tipo genético que faz homens e coisas nascerem biologicamente de deuses e forças divinas, como ocorre no mito, passa-se a buscar explicações nas próprias coisas, entre as quais passa a existir um laço de causalidade e constâncias de tipo geométrico [...] Na visão que os mitos fornecem da realidade [...] fenômenos naturais, astros, água, sol, terra, etc., são deuses cujos desígnios escapam aos homens; são, portanto, *potências arbitrárias* e até certo ponto inelutáveis".

A idéia de uma arqué, que tem sentido amplo em grego, indo desde princípio, origem, até destino, porta uma estrutura de pensamento que a diferencia do modo de pensar anterior, mítico. Com Nietzsche, pode-se concluir que o logos da metafísica ocidental visa desde o princípio à dominação do mundo e de si. Se atentarmos para a estrutura de pensamento presente no nascimento da Filosofia, podemos dizer que seu logos engendrou, muitos anos depois, o conhecimento científico. Assim, a estrutura presente na idéia de átomo é mesma que temos, na ciência atual, com idéia de partículas. Ou seja, a consideração de que há um elemento mínimo na origem de tudo. A tabela periódica também pode ser considerada uma sofisticação da idéia filosófica da combinatória dos quatro elementos: ar, terra, fogo, água, da qual tanto tratou a filosofia eleática.

Portanto, em seu início, a Filosofia pode ser considerada como uma espécie de saber geral, omniabrangente. Um tal saber, hoje, haja vista os desenvolvimentos da ciência, é impossível de ser atingido pelo filósofo.

Temos, portanto, até aqui:

- i] a Filosofia como conhecimento geral;
- ii] a Filosofia como conhecimento específico;

2. Do método da Filosofia

A ciência moderna, caracterizada pelo método experimental, foi tornando-se independente da Filosofia, dividindo-se em vários ramos de conhecimento, tendo em comum o método experimental. Esse fenômeno, típico da modernidade, restringiu os temas tratados pela Filosofia. Restaram aqueles cujo tratamento não poderia ser dado pela empiria, ao menos não com a pretensão de esclarecimento que a Filosofia pretenderia.

A característica destes temas, determina um modo adequado de tratá-los, já que eles não têm uma significação empírica. Em razão disso, o tratamento empírico de tais questões não atinge o conhecimento próprio da Filosofia, ficando, em assim procedendo, adstrita ao domínio das ciências.

Ora, o tratamento dos assuntos filosóficos não se pode dar de maneira empírica, porque, desta forma, confundir-se-ia com o tratamento científico da questão. Por isso, no dizer de Kant "o conhecimento *filosófico* é o *conhecimento racional* a partir de *conceitos*". Ou seja, "as definições filosóficas são unicamente exposições de conceitos dados [...] obtidas analiticamente através de um trabalho de desmembramento". Portanto, a Filosofia é um conhecimento racional mediante conceitos, ela constitui-se num esclarecimento de conceitos, cuja significação não pode ser ofertada de forma empírica, tais como o conceito de justiça, beleza, bem, verdade, etc.

Apesar de não termos uma clara noção destes conceitos, nem mesmo uma significação unívoca, eles são operantes na nossa linguagem e determinam aspectos importantes da vida humana, como as leis, os juízos de beleza, etc.

3. Da função da Filosofia

Em razão da impossibilidade de abarcar, hodiernamente, todo o âmbito do conhecimento humano, parece mais plausível pensar numa restrição temática à Filosofia, deixando-a tratar de certos temas, como os mencionados acima. Nesse sentido, a filosofia teria um âmbito de problemas específicos sobre os quais trataria. No entanto, o tratamento desse âmbito específico continua a manter ao menos uma função geral, a qual pode ser considerada de forma extremada ou de forma mais modesta. Assim, a lógica, a ética, a teoria do conhecimento, a estética, a epistemologia são disciplinas filosóficas, tendo uma função geral para o conhecimento em geral, seja para as ciências, a partir da lógica, teoria do conhecimento, epistemologia, seja para os sistemas morais, a partir da ética filosófica, seja para as artes, a partir dos conhecimentos estéticos. Por exemplo, no que concerne à lógica, ao menos como a concebeu Aristóteles, ela pode apresentar uma refutação do ceticismo e, portanto, estabelecer a possibilidade da verdade, determinando a obediência necessária ao princípio de não contradição. De forma menos modesta, mas não sem o mesmo efeito, podemos dizer que as outras disciplinas pretendem o mesmo, determinando, portanto, a possibilidade de conhecimentos morais, estéticos, etc. No caso da moral, ela pode mostrar que questões controversas podem ser resolvidas racionalmente, bem como apontar para critérios de resolução racional de problemas.

Essa tarefa pode ser considerada de uma forma mais ou menos audaciosa. Habermas apresenta, nesse particular, três concepções. A de Kant, a de Rorty e a sua própria. Kant, dentro do fundamentalismo da teoria do conhecimento, "ao pretender aclarar de uma vez por todas os fundamentos da ciência e de uma vez por todas definir os limites do experienciável, a Filosofia indica às ciências o seu lugar". É a função de *indicador de lugar*. Conjugado com isso, Kant pôde afirmar: "pode-se encarar a Crítica da Razão Pura como o verdadeiro tribunal para todos os conflitos da razão. Com efeito, não está envolvida nestas disputas enquanto voltadas imediatamente para objetos, mas foi posta para determinar e julgar os direitos da razão em geral segundo os princípios de sua primeira instituição". Aqui, a Filosofia é concebida como um tribunal, exercendo o papel de juiz, a partir de seu lugar privilegiado, de onde detém os fundamentos e dita leis.

Rorty, por sua vez, desconfia desse conhecimento privilegiado que a Filosofia possa ter. Por isso, "abandonar a noção do filósofo que conhece alguma coisa acerca de conhecer o que mais ninguém conhece tão bem seria abandonar a noção de que a sua voz tem sempre um direito primordial à atenção dos outros participantes na conversação. Isto implica no abandono de que o filósofo possa decidir *quaestiones juris*. A tese de Rorty é, portanto, relativista. De fato, já Wittgenstein afirmara: "a filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso pode apenas descrevê-lo. Pois também não pode fundamentá-lo. A filosofia deixa tudo como está".

Já, Habermas propõe a função de guardião de racionalidade no lugar da função de indicador de lugar. Ou seja, a Filosofia seria uma espécie de defesa da racionalidade contra o relativismo extremado. Por outro lado, função de juiz seria substituída pela de intérprete, na medida em que faria uma mediação entre os saberes especializados e o mundo vivido.

	Kant	Rorty	Habermas
Função	indicador de lugar	-	guardião de racionalidade
Função	juiz	-	intérprete

Pode-se dizer que esse trabalho esclarecedor tem o papel de tornar explícitos saberes operantes na linguagem e na nossa forma de ver o mundo e, nesse sentido, tem um papel conscientizador e por que não, potencialmente crítico, já que torna as pessoas mais atentas a certas determinações conceituais.

Em suma, a filosofia tem como tarefa delimitar uma concepção mínima de racionalidade. Porém, o conceito de razão daqui resultante não é, como em Kant, "uma ilha fechada pela natureza mesma dentro de limites imensuráveis". Segundo Habermas, "a razão comunicativa não passa certamente de uma casca oscilante – porém, ela não se afoga no mar das contingências, mesmo que o estremecer em alto mar seja o único modo de ela ‘dominar’ as contingências". Nesta perspectiva, a filosofia conserva uma função crítica no sentido kantiano, isto é, uma autoridade indiretamente legisladora, pois aponta os desvios no cumprimento das condições de possibilidade da racionalidade. A recusa de uma posição teórico filosófica como sendo sem valor para a prática já foi diagnosticada por Kant como sendo a pseudosabedoria do olhar de toupeira, incapaz de olhar com os olhos de um ser feito para ficar de pé e contemplar o céu.

Temos, portanto:

- i] o conhecimento específico da filosofia com uma função geral forte [Kant];
- ii] o conhecimento específico da filosofia sem uma função geral [Rorty];
- iii] o conhecimento específico da filosofia com uma função geral fraca [Habermas].

Bibliografia

- APEL, Karl-Otto. O desafio da crítica total da razão e o programa de uma teoria filosófica dos tipos de racionalidade. *Novos Estudos CEBRAP* São Paulo: n. 23, mar. 1989. p. 67-84.
- CHAUÍ, Marilena et al. Primeira Filosofia: lições introdutórias. Sugestões para o ensino básico de Filosofia. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. (Trad. de Guido A. de Almeida: *Moralbewusstsein und kommunikatives Handeln*). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa (I)*. Madrid, Taurus, 1987.
- HEGEL, Georg W. F. Preleções sobre a história da filosofia. [Trad. E. Stein]. In SOUZA, José Cavalcante de [org.] Os pré-socráticos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. (Trad. de Valério Rohden: *Kritik der reinen Vernunft*). São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. (Trad. A. Morão). Lisboa: E. 70, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. Os filósofos trágicos. [Trad. R. R. Torres Filho]. In SOUZA, José Cavalcante de [org.] Os pré-socráticos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. [J. Pires: Philosophy and the mirror of nature]. Lisboa: D. Quixote, 1988.

WATANABE, Lygia Araujo. Filosofia antiga. In CHAÚÍ, Marilena et al. Primeira Filosofia: lições introdutórias. Sugestões para o ensino básico de Filosofia. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13-35.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 2. ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979.